

ANEXOS

Anexo 1
***Acordo de Melhoria de Desempenho Firmado entre a União por
Intermédio do Ministério das Cidades e a Companhia de Água e
Esgotos da Paraíba - CAGEPA***

Processo: 0000122-05

Entrada 12/04/2005

OFÍCIO

Interessado: SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Obs.:

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

**ACORDO DE MELHORIA DE DESEMPENHO QUE,
ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E A COMPANHIA DE
ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA.**

A **União**, representada pelo Ministério das Cidades, CNPJ/MF sob nº 05465.986/0001-99, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 2º e 3º andares, em Brasília/DF, CEP 70 150-901, representado neste ato, por força da Portaria de Delegação de Competência nº 157, de 13 de abril de 2004, pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, **ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.009.905-06, nomeado pela Portaria nº 848 de 24 de abril de 2003, doravante denominado simplesmente **MCIDADES** e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, representado neste ato por **MANOEL DE DEUS ALVES**, brasileiro, economista, residente e domiciliado na Rua Manoel Bezerra Cavalcanti n.65 apartamento 1.401, Edifício Valle Verzasca - Manaira, CEP 58.038-500, portador da Carteira de Identidade nº 111.523 2ª via SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.002.174-04, eleito para o cargo de Diretor Presidente conforme Ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 06 de janeiro de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba em 07/01/2003, a seguir denominada simplesmente CAGEPA, subscrevem o presente Acordo de Melhoria de Desempenho, sob o regime instituído pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, no que couber, e pela Instrução Normativa nº 17, de 17 de agosto de 2004, do Ministério das Cidades, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Melhoria de Desempenho, em conformidade com os termos da Instrução Normativa nº 17 do Ministério das Cidades, de 17 de agosto de 2004, tem por objeto o estabelecimento de compromissos e metas visando a melhoria.

- Do desempenho empresarial e operacional da CAGEPA, e
- Da qualidade, eficiência e eficácia da prestação dos serviços

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS/INDICADORES

São objetivos gerais a serem alcançados com a execução deste Acordo

- a) redução do índice de perdas de faturamento;
- b) redução do índice de evasão de receitas;
- c) redução do índice de perdas por ligação;
- d) redução dos dias de comprometimento com o contas a receber;
- e) aumento do índice de produtividade de pessoal total
- f) aumento do índice de hidrometração,
- g) aumento do índice de macromedicação; e
- h) aumento da disponibilidade de caixa

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS METAS

A CAGEPA compromete-se a atingir as metas estabelecidas no Anexo I que integra o presente instrumento

§1ª - As metas mencionadas no caput da presente Cláusula são calculadas com base no desempenho da CAGEPA verificado nos últimos 02 (dois) anos, utilizando, quando disponíveis, as informações fornecidas ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS e projetadas anualmente para os próximos 5 (cinco) anos

§2ª - O estabelecimento das metas anuais referentes a cada um dos indicadores constantes do quadro de Metas, deverá ser realizado observando os critérios e parâmetros constantes do anexo II e as definições contidas no glossário anexo III, bem como atender aos seguintes requisitos:

I - cada indicador terá metas que o leve, no prazo máximo de 5 anos, ao nível de desempenho imediatamente superior constante do Quadro de Critérios e Parâmetros de sua modalidade, relativamente à sua posição quando da celebração deste Instrumento, salvo os casos em que o indicador já esteja situado no nível de desempenho "A"; e

II - a progressão anual de cada indicador prevista no quadro de Metas, deverá respeitar os valores mínimos estabelecidos no Quadro de Critérios e Parâmetros para o nível de desempenho correspondente, sem prejuízo do estabelecido no inciso anterior

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam estabelecidas as seguintes condições a serem cumpridas pela CAGEPA

§ 1ª - disponibilizar ao Ministério das Cidades, ao final do 1º mês subsequente no fechamento de cada trimestre e ao final do 3º mês subsequente ao fechamento do ano, todas as informações e documentos necessários para o efetivo acompanhamento e avaliação do Acordo

§ 2ª - franquear ao Ministério das Cidades ou a terceiro por ele designado, quando solicitado acesso às instalações e às informações necessárias à comprovação do cumprimento das Metas e demais condições estabelecidas neste instrumento

§ 3ª - disponibilizar as informações referentes à prestação de serviços de saneamento ambiental sob sua responsabilidade, encaminhando-as anualmente e nos prazos regulares, para inclusão no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS

§ 4ª - informar as metas físicas dos contratos em andamento e os quantitativos e valores realizados ao final da implantação

§ 5ª - comprovar, no caso dos prestadores de serviços de abastecimento de água, a entrega anual aos usuários do relatório de qualidade de água, de acordo com o estabelecido na Portaria n 518/2004 do Ministério da Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DO ACORDO

o cumprimento das metas e condições do Acordo será verificado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com base nas informações fornecidas pela CAGEPA, ficando as mesmas sujeitas a auditorias periódicas a critério da Secretaria.

§ 1º - o Ministério das Cidades acompanhará o desempenho da CAGEPA por meio de avaliação trimestral.

§ 2º - a CAGEPA será considerada adimplente se:

- I atender as condições gerais do acordo;
- II cumprir pelo menos 75% das metas anuais de desempenho.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Caso a CAGEPA esteja inadimplente com o AMD

- I – terá, os sistemas de saneamento ambiental sob sua gestão operacional, considerados inabilitados para a celebração de novos contratos e convênios, enquanto perdurar a inadimplência, bem como no caso de desembolsos de contratos ou convênios vigentes que não tenham sido iniciados, a inadimplência implicará no seu retardamento até a regularização da situação, ficando o contrato sujeito a revogação se a situação persistir por mais de um ano;
- II – terá os desembolsos suspensos de todos os contratos caso deixe de atender quaisquer das condições gerais, sem prejuízo do inciso 1 desta cláusula.

Parágrafo Único - no caso de constatação de fraude nas informações fornecidas pela CAGEPA.

- I – ficarão inabilitados os sistemas de saneamento ambiental sob sua gestão operacional para recebimento de novos financiamentos pelo período de dois anos a contar da data de sua verificação;
- II – ficarão com os desembolsos suspensos até que a real situação seja identificada; e
- III – ficará a **CAGEPA** sujeito (a) a adoção, por parte da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, de medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente enquanto houverem metas a serem cumpridas pela **CAGEPA** decorrentes de contratos de financiamento de ações de Saneamento Ambiental, no âmbito da Instrução Normativa nº 17 do Ministério das Cidades de 17/08/2004.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO

Ocorrendo nova operação de crédito durante a vigência do Acordo, a **CAGEPA** deverá apresentar nova proposta de metas, estendendo-as aos cinco anos seguintes a contar da ocorrência.

As metas já estabelecidas poderão ser revisadas e retificadas, durante a vigência do Acordo, desde que mediante solicitação devidamente justificada da **CAGEPA** e estendidas aos cinco anos seguintes da ocorrência.

Parágrafo Único - no caso de revisões e retificações de metas provocadas pelo prestador de serviço, o Ministério das Cidades poderá estabelecer as condições adicionais que considerar necessárias ao objetivo da melhoria de desempenho do prestador.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ate o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste acordo, será providenciada, pelo Ministério das Cidades, a publicação de extrato, que deverá ocorrer no prazo de vinte dias contados daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como o disponibilizará no sítio do Ministério (www.cidades.gov.br).

O Ministério das Cidades dará ciência aos Governos estaduais ou municipais, onde opera a **CAGEPA**, sempre que o (a) mesmo (a) esteja inadimplente e os sistemas por ele (a) operados impossibilitados de receber novos investimentos oriundos de contratos objeto da IN nº 17, do Ministério das Cidades, de 17/08/2004

O Ministério das Cidades orientará quanto as normas e aos procedimentos que deverão assegurar o cumprimento do disposto neste Acordo.

As controvérsias e casos não previstos em norma ou no presente Acordo serão submetidos ao Ministério das Cidades para a devida solução.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Acordo, não resolvidas administrativamente.

Assim, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, por meio de seus representantes legais, devidamente autorizados

Brasília, _____ de, _____ de 2005



ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Nacional de Saneamento
Ambiental do Ministério das Cidades



MANOEL DE DEUS ALVES
Diretor Presidente da CAGEPA

TESTEMUNHAS _____

ACORDO DE MELHORIA DE DESEMPENHO - AMD	QUADRO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL	ANEXO I
---	---	---------

PRESTADOR DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA

ITEM	INDICADOR	EQUAÇÃO	UNIDADE	SITUAÇÃO APURADA		METAS PREVISTAS				
				2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1	Indicador de Suficiência de Caixa	$\frac{F06}{F15 + (F34+F16) + F22}$	%	109	106	109	112	115	118	120
2	Índice de Evasão de Receitas	$\frac{F05 - F06}{F05}$	%	8,23	5,43	4,43	4,40	4,30	4,20	4,0
3	Dias de Faturamento Comprometidos com Contas a Receber	$\frac{F08 \times 360}{F02 + F03 + F07}$	Dias	147	141	121	101	81	75	70
4	Índice de Perdas por Ligação	$\frac{(A06 + A18 - A24) - A10}{A02^*}$	L/(dia.lig)	273	383	338	313	288	283	238
5	Índice de Perdas de Faturamento	$\frac{(A06 + A18 - A24) - A11}{(A06 + A18 - A24)}$	%	31,48	32,07	29,57	27,07	24,57	24,40	24,0
6	Índice de Hidrometração	$\frac{A04^*}{A02^*}$	%	85,88	88,28	88,28	91,0	93,0	95,0	98,0
7	Índice de Macromedicação	$\frac{A12 - A19}{(A06 + A18 - A19)}$	%	57	80,0	70,0	80,0	85,0	95,0	97,0
8	Índice de Produtividade de Pessoal Total (equivalente)	$\frac{A02^* + E02^*}{F26^* \times (1 + F14/F10)}$	Lig./empregado	225	258	268	280	290	300	310

NOTA:

* No caso dessa informação o cálculo considera a média aritmética (dez/ano anterior + dez/ano de referência)/2

ACORDO DE MELHORIA DE DESEMPENHO - AMD		CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL - ÁGUA E ESGOTOS						ANEXO II		
Grupo	Indicador	Definição do Indicador	Equação ⁽²⁾	Unidade	A		B		C	
					Faixa de Referência	Melhoria nominal mínima anual	Faixa de Referência	Melhoria nominal mínima anual	Faixa de Referência	Melhoria nominal mínima anual
A	Indicador de Suficiência de Caixa	Arecadação Total / Desp. de Exploração + Serv. da Dívida (amort, juros e var. cambial) + Desp. Fiscais ou tribut (ref. DTS)	$\frac{F06}{F15 + (F34+F16) + F22}$	%	≥ 115%	Mediante Negociação	Entre 115% e 90%	3%	≤ 90%	5%
B	Índice de Evasão de Receitas	Receita Operacional Total - Arrecadação Total / Receita Operacional Total	$\frac{F05 - F06}{F05}$	%	≤ 5%	Mediante Negociação	Entre 5% e 15%	1%	≥ 15%	2%
B	Dias de Faturamento Comprometidos com Contas a Receber	Saldo de Crédito de Contas a Receber / Receita Operacional Total	$\frac{F08 \times 360}{F02 + F03 + F07}$	Dias	≤ 90	Mediante Negociação	Entre 90 e 180	20 dias	≥ 180	20 dias
C	Índice de Perdas por Ligação	Volume de Água (Produzido + Tratada Importado - de Serviço) - Volume de Água Consumido / Quantidade de Ligações Ativas de Água	$\frac{(A06 + A18 - A24) - A10}{A02^*}$	L/(dia.lig)	≤ 250	Mediante Negociação	Entre 250 e 500	25 l/(dia lig)	≥ 500	40 l/(dia lig)
C	Índice de Perdas de Faturamento	Volume de Água (Produzido + Tratada Importado - de Serviço) - Volume de Água Faturado / Volume de Água (Produzido + Tratada Importado - de Serviço)	$\frac{(A06 + A18 - A24) - A11}{(A06 + A18 - A24)}$	%	≤ 25%	Mediante Negociação	Entre 25% e 40%	2.5%	≥ 40 %	3%
D	Índice de Hidrometração	Quantidade de Lig. Ativas de Água Micromedidas / Quantidade de Ligações Ativas de Água	$\frac{A04^*}{A02^*}$	%	≥ 95%	Mediante Negociação	Entre 95% e 75%	2%	≤ 75%	5%
D	Índice de Macromedição	Volume de Água Macromedido - Volume de Água Tratada Exportado / Volume de Água Disponibilizado para Distribuição (VD) ³	$\frac{A12 - A19}{A06 + A18 - A19}$	%	≥ 95%	Mediante Negociação	Entre 95% e 75%	2%	≤ 75%	5%
E	Índice de Produtividade de Pessoal Total (equivalente)	Quantidade de Ligações Ativas (Água + Esgoto) / Quantidade equivalente de Pessoal Total	$\frac{A02^* + E02^*}{F26^* \times (1 + F14/F10)}$	Lig./ empregado	≥ 250%	Mediante Negociação	Entre 250 e 180	10 lig/emp	≤ 180	20 lig/emp

NOTAS:

(1) Novos indicadores e informações a serem incorporadas ao SNIS

(2) As equações consideram variáveis expressas em unidades compatíveis

(3) VD = volumes de água (produzido + tratada importada - tratada exportada)

* No caso dessa informação, o cálculo considera a média aritmética (dez/ano anterior + dez/ano referência)/2

GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÕES		ANEXO III
NOME DA INFORMAÇÃO	DEFINIÇÃO	
QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA	Quantidade de ligações ativas de água à rede pública, providas ou não de aparelhos de medição (hidrômetro), que contribuíram para o faturamento no último mês do ano	
QUANTIDADE DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA	Quantidades de economias ativas de água que contribuíram para o faturamento no último mês do ano	
QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA MICROMEDIDAS	Quantidade de ligações ativas de água, providas de aparelhos de medição (hidrômetro), em funcionamento regular, que contribuíram para o faturamento no último mês do ano	
VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDO	Volume anual de água disponível para consumo, compreendendo a água captada pelo prestador de serviços e a água importada bruta, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) ETA(s) ou Unidade(s) de Tratamento Simplificado (UTS). Inclui também os volumes de água captada pelo prestador de serviços que sejam disponibilizados para consumo sem tratamento, medidos na(s) entrada(s) do sistema de distribuição	
VOLUME DE ÁGUA TRATADO EM ETA(S)	Volume anual de água submetido a tratamento, incluindo a água bruta captada pelo prestador de serviços e a água importada bruta, medido ou estimado na(s) saída(s) da ETA(s) e excluindo o volume de água tratada por simples desinfecção e o volume importado de água já tratada	
VOLUME DE ÁGUA MICROMEDIDO	Volume anual de água apurado pelos aparelhos de medição (hidrômetros) instalados nos ramais prediais	
VOLUME DE ÁGUA CONSUMIDO	Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido, o volume estimado para as ligações desprovidas de aparelho de medição (hidrômetro) e o volume de água tratada exportado	
VOLUME DE ÁGUA FATURADO	Volume anual de água debitado ao total de economias (medidas e não medidas), para fins de faturamento inclui o volume de água tratada exportado	
VOLUME DE ÁGUA MACROMEDIDO	Valor da soma dos volumes anuais de água medidos por meio de macromedidores permanentes na(s) saída(s) da(s) ETA(s) das UTS(s), dos poços e nos pontos de entrada de água tratada importada se existirem	
VOLUME DE ÁGUA TRATADA POR SIMPLES DESINFECÇÃO	Volume anual de água captada a partir de manancial subterrâneo ou fonte de cabeceira, que apresenta naturalmente características físicas, químicas e organolépticas que a qualificam como água potável e, por isto recebe apenas simples desinfecção	
VOLUME DE ÁGUA BRUTA IMPORTADO	Volume anual de água bruta recebido de outros agentes fornecedores, para tratamento ou distribuição direta deve ser computado no volume de água produzido	
VOLUME DE ÁGUA TRATADA IMPORTADO	Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA ou por simples desinfecção), recebido de outros agentes fornecedores	
VOLUME DE ÁGUA TRATADA EXPORTADO	Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA ou por simples desinfecção), transferido para outros agentes distribuidores. Deve ser computado nos volumes de água consumido e faturado	
VOLUME DE ÁGUA DE SERVIÇO	Valor da soma dos volumes anuais de água para atividades operacionais e especiais, com o volume de água recuperado	
QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO	Quantidade de ligações ativas de esgotos à rede pública que contribuíram para o faturamento no último mês do ano	
RECEITA OPERACIONAL DIRETA TOTAL	Valor faturado anual decorrente das atividades – fim do prestador de serviços, resultante da exclusiva aplicação das tarifas Resultado da Soma da Receita Operacional Direta - Água Receita Operacional Direta – Esgoto e Receita Operacional Direta – Água Exportada	

NOME DA INFORMAÇÃO	DEFINIÇÃO
RECEITA OPERACIONAL DIRETA - ÁGUA	Valor faturado anual decorrente a prestação do serviço de abastecimento de água, resultante exclusivamente da aplicação de tarifas, excluídos os valores decorrentes da venda de água por atacado (bruta ou tratada)
RECEITA OPERACIONAL DIRETA - ESGOTO	Valor faturado anual decorrente da prestação do serviço de esgotamento sanitário, resultante exclusivamente da aplicação de tarifas
RECEITA OPERACIONAL INDIRETA	Valor faturado anual decorrente da prestação de outros serviços vinculados aos serviços de água ou de esgotos mas não contemplados na tarifação, como taxas de matrículas, ligações, religações, sanções conservação e reparo de hidrômetros, acréscimos por impontualidade, e outros
RECEITA OPERACIONAL TOTAL (DIRETA + INDIRETA)	Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços Resultado da soma da Receita Operacional Direta (água, esgoto e água exportada) e da Receita Operacional Indireta
ARRECADAÇÃO TOTAL	Valor anual efetivamente arrecadado das Receitas Operacionais (disponível em Caixa ou em Bancos-Conta Movimento)
RECEITA OPERACIONAL DIRETA - ÁGUA EXPORTADA (BRUTA OU TRATADA)	Valor faturado anual decorrente da venda de água bruta ou tratada, por atacado. Corresponde à receita resultante da aplicação de tarifas especiais ou valores estabelecidos em contratos especiais
CRÉDITO DE CONTAS A RECEBER	Saldo dos valores a receber ao final do ano em decorrência do faturamento dos serviços de água e esgoto e outros serviços (ligações, religações, conservação de hidrômetros, etc.)
DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO	Valor anual das despesas realizadas com empregados (inclusive diretores, mandatários, etc), correspondendo à soma de ordenados e salários, gratificações, encargos sociais (exceto PIS/PASEP e CONFINS), pagamento a inativos e demais benefícios concedidos tais como auxílio-alimentação, vale transporte, planos de saúde e previdência privada
DESPESAS COM PRODUTOS QUÍMICOS	Valor anual das despesas realizadas com aquisição de produtos químicos destinados aos sistemas de tratamento de água e de esgoto
DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA	Valor anual das despesas realizadas com energia elétrica (força e luz) nos sistemas de abastecimentos de água e de esgotamento sanitário
DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	Valor anual das despesas realizadas com serviços executados por terceiros. Não se incluem as despesas com energia elétrica e com aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (estas últimas devem ser consideradas no item Outras Despesas de Exploração)
DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX)	Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo despesas com pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Despesas Fiscais ou Tributárias incidentes na DEX além de Outras Despesas de Exploração
DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DO SERVIÇO DA DÍVIDA	Valor anual correspondente à soma das despesas com juros e encargos do serviço da dívida mais as variações monetárias e cambiais pagas no ano
DESPESAS COM ÁGUA IMPORTADA (BRUTA OU TRATADA)	Valor anual das despesas realizadas com a importação de água – bruta ou tratada – no atacado
DESPESAS FISCAIS OU TRIBUTÁRIAS INCIDENTES NA DEX	Valor anual das despesas realizadas com impostos taxas e contribuições , cujos custos pertencem ao conjunto das despesas de exploração tais como PIS/PASEP, CONFINS, CPMF, IPVA, IPTU, ISS, contribuições sindicais e taxas de serviços públicos
DESPESAS FISCAIS OU TRIBUTÁRIAS INCIDENTES NA DTS	Valor anual das despesas realizadas com impostos taxas e contribuições , cujos custos não pertencem ao conjunto das despesas de exploração, mas compõem as despesas totais com os serviços, tais como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
QUANTIDADE TOTAL DE EMPREGADOS PRÓPRIOS	Quantidade de empregados sejam funcionários do prestador de serviços, dirigentes ou outros postos permanente – e com ônus – à disposição do prestador de serviço, ao final do ano de referência

NOME DA INFORMAÇÃO	DEFINIÇÃO
OUTRAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO	Valor anual realizado das despesas de exploração, exceto as despesas com pessoal, produtos químicos energia elétrica serviços de terceiros, água importada e despesas fiscais e tributária incidentes na DEX
DESPESAS COM AMORTIZAÇÕES DO SERVIÇO DA DÍVIDA	Valor anual dos pagamentos das amortizações das dívidas decorrentes de financiamentos (obra debênturas e captações de recursos no mercado). Não inclui as despesas com juros e encargos
QUANTIDADE DE ECONOMIAS ATINGIDAS POR INTERMITÊNCIA SISTEMÁTICA DE ABASTECIMENTO	Quantidade de economias atingidas sistematicamente por intermitência prolongada de abastecimento (seis horas ou mais de interrupção do fornecimento de água por dia durante noventa dias ou mais do ano)
QUANTIDADE DE AMOSTRAS ANALISADAS PARA AFERIÇÃO DE CLORO RESIDUAL	Quantidade total anual de amostras coletadas na rede de distribuição de água, para aferição do teor de cloro residual na água. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas
QUANTIDADE DE AMOSTRAS ANALISADAS PARA AFERIÇÃO DE CLORO RESIDUAL COM RESULTADOS FORA DO PADRÃO	Quantidade total anual de amostras coletadas na rede de distribuição de água, para aferição do teor de cloro residual na água, cujo resultado da análise ficou fora do padrão. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas
QUANTIDADE MÍNIMA DE AMOSTRAS (OBRIGATÓRIAS) PARA AFERIÇÃO DE CLORO RESIDUAL	Quantidade mínima anual de amostras a coletar na rede de distribuição de água, para aferição do teor de cloro residual na água, de acordo com a Portaria 036 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas
AGENTE DISTRIBUIDOR	Agente (empresa, autarquia, departamento, etc.), responsável pela distribuição ou recepção da água que está sendo exportada
AGENTE FORNECEDOR	Agente (empresa, autarquia, departamento, etc.), responsável pela produção da água que está sendo importada
ANO DE REFERÊNCIA	Ano ao qual correspondem as informações solicitadas
ATIVA	Distinção dada às ligações e economias que estão em pleno funcionamento e que contribuem para o faturamento, no último mês do ano considerado
ATIVIDADES OPERACIONAIS E ESPECIAIS	Testes de estanqueidade e desinfecção de redes (adutoras, subadutoras, e distribuição), volumes destinados a corpo de bombeiros, caminhões pipas para suprimentos sociais (favelas, chafarizes), uso próprio nas instalações do prestador de serviços
ECONOMIA	Moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares existentes numa determinada edificação que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário
ETA	Denominação abreviada de Estação de Tratamento de Água, válida para todos os tipos de tratamentos, exceto aqueles simplificados que se enquadram como UTS (X160)
INTERMITÊNCIA PROLONGADA (RACIONAMENTOS, RODÍZIOS ETC.)	Interrupções sistemáticas no fornecimento de água da rede de distribuição do município, com seis horas ou mais de interrupção por dia e durante noventa dias ou mais no ano, por problemas de produção de pressão na rede de subdimensionamento das canalizações manobra do sistema, etc.
LIGAÇÃO	Ramal predial conectado à rede de distribuição de água ou à rede coletora de esgoto. Pode estar ativa (X040) ou inativa (X080)

NOME DA INFORMAÇÃO	DEFINIÇÃO
PARALIZAÇÃO (MANOBRAS, REPAROS ETC.)	Interrupções no fornecimento de água ao usuário pelo sistema da distribuição (X135), por problemas em qualquer das unidades do sistema, desde a produção até a rede de distribuição, que tenham acarretado prejuízos à regularidade do abastecimento de água.
PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO	Entidade legalmente constituída para administrar os serviços e operar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
RESULTADOS FORA DO PADRÃO	Resultado de determinação físico-químico-bacteriológica realizada que ficou situado fora dos valores de referência adotados como padrão pela portaria 036 do Ministério da Saúde.
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	Sistema de distribuição de água parte física do sistema de abastecimento de água, constituída de instalações e equipamentos considerados a partir da saída da(a) unidade (s) de tratamento, destinados a armazenar e transportar água potável a uma comunidade.
TERCEIROS	Empresas ou trabalhadores contratados para prestar serviço ao prestador de serviço, dentro ou fora de suas instalações, exceto quando se tratar de energia elétrica e aluguel de máquinas e equipamentos.
UTs	Denominação abreviada de Unidade de Tratamento Simplificado, utilizada nas informações A06 e A12 para identificar as unidades de simples desinfecção distinguindo-as de ETA (X065).
VOLUME DE ÁGUA RECUPERADO	Volume correspondente à neutralização de ligações clandestinas e fraudes.
VOLUME PRODUZIDO	Volume de água captado pelo prestador de serviços mais a água importada bruta, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) estação(ões) de tratamento de água – ETA(s) ou unidade(s) de tratamento simplificado(UTS). Inclui também volumes de água captada pelo prestador de serviços que sejam distribuídos sem tratamento. Trata-se de volumes produzidos DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO EM QUESTÃO. Este volume pode ter parte dele exportada para outro(a) município(s)
VOLUME DE ÁGUA BRUTA IMPORTADO	Volume de água bruta recebido de outro(s) município(s), independentemente se do mesmo prestador de serviços ou não, para tratamento ou distribuição direta. Deve ser computado também no volume de água produzido.
VOLUME DE ÁGUA BRUTA EXPORTADO	Volume de água bruta transferido para outro(s) município(s). Independentemente se do mesmo prestador de serviços ou não, sem qualquer tratamento.
VOLUME DE ÁGUA TRATADA IMPORTADO	Volume de água potável, previamente tratada (em ETA ou por simples desinfecção), recebido de outro(s) município(s), independentemente se do mesmo prestador de serviços ou não.
VOLUME DE ÁGUA TRATADA EXPORTADO	Volume de água potável, previamente tratada (em ETA ou por simples desinfecção), transferido do município onde está localizado o sistema produtor para outro(s) município(s). Independentemente se esses são atendidos pelo mesmo prestador de serviços.

Informações Financeiras para Dados Municipais

Informações financeiras desagregadas por município devem corresponder aos valores efetivamente apurados. Existe no entanto, certa dificuldade por parte de algumas Companhias para apurar diretamente despesas por município atendido. Tendo em vista estas dificuldades, admite-se o rateio das despesas naqueles casos em que o prestador de serviços não dispuser de apurações diretas por município.